



Comentários à Prova de Técnico do MPU – Apoio Técnico Administrativo – Segurança Institucional e Transporte

provas em 24.03.2015

Questão – CESPE/MPU – Técnico do MPU – Apoio Técnico Administrativo – Segurança Institucional e Transporte - 2015

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 1948, marcou um novo tempo na proteção internacional dos indivíduos. Considerando o preâmbulo desse documento, julgue os itens a seguir.

Os estados-membros da Organização das Nações Unidas se comprometem a promover o respeito universal aos direitos e às liberdades humanas fundamentais.

Comentários

A assertiva está **correta**, uma vez que reproduz excerto do preâmbulo da DUDH:

*Considerando que os Estados-Membros se comprometeram a desenvolver, em cooperação com as Nações Unidas, o **respeito universal aos direitos humanos e liberdades fundamentais e a observância desses direitos e liberdades**,*

Questão – CESPE/MPU – Técnico do MPU – Apoio Técnico Administrativo – Segurança Institucional e Transporte - 2015

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 1948, marcou um novo tempo na proteção internacional dos indivíduos. Considerando o preâmbulo desse documento, julgue os itens a seguir.

O reconhecimento da dignidade inerente a todas as pessoas, bem como dos seus direitos iguais e inalienáveis, é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

Comentários

O preâmbulo da DUDH traz a dignidade da pessoa como elemento central, como fundamento de toda a comunidade internacional. Vimos no início da aula que a dignidade da pessoa é o **núcleo do direito internacional dos direitos humanos**, o que fica evidente no preâmbulo da DUDH.

DIGNIDADE DA PESSOA



Núcleo da DUDH

Vejamos:

Preâmbulo

Considerando que o **reconhecimento da dignidade** inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

A assertiva está **correta**.

Questão – CESPE/MPU – Técnico do MPU – Apoio Técnico Administrativo – Segurança Institucional e Transporte – 2015

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 1948, marcou um novo tempo na proteção internacional dos indivíduos. Considerando o preâmbulo desse documento, julgue os itens a seguir.

Para a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros ultrajantes para a consciência da humanidade.

Comentários

A assertiva está **correta**. Novamente a banca exigiu partes do preâmbulo da DUDH:

Considerando que o **desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade** e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum,

Do excerto acima, destaca-se o quão importante e determinante foram as Grandes Guerras Mundiais para o desenvolvimento e consolidação da nossa disciplina. Vimos em aulas passadas que a cada atrocidade constata-se reação da sociedade contra atos violadores dos direitos humanos. **A 2ª Guerra Mundial, nesse contexto, é fundamental para o desenvolvimento da ONU e, posteriormente, para o surgimento da DUDH.**

Ademais, os Direitos Humanos constituem os **direitos que o homem possui pelo fato de ser homem**, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política, mas decorre exclusivamente da condição humana.

Questão – CESPE/MPU – Técnico do MPU – Apoio Técnico Administrativo – Segurança Institucional e Transporte – 2015

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 1948, marcou um novo tempo na proteção internacional dos indivíduos. Considerando o preâmbulo desse documento, julgue os itens a seguir.

O respeito aos direitos humanos pelo império da lei é essencial para que as pessoas não sintam necessidade de recorrer à rebelião contra a tirania e a opressão.

Comentários

A assertiva está **correta**. É o que se extrai do excerto do preâmbulo abaixo citado:

Considerando **essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo Estado de Direito**, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra tirania e a opressão,

Questão – CESPE/MPU – Técnico do MPU – Apoio Técnico Administrativo – Segurança Institucional e Transporte - 2015

A Declaração Universal dos Direitos Humanos apresenta um catálogo de garantias que têm por escopo proteger os indivíduos de abusos cometidos por pessoas que desempenham funções públicas. Considerando as disposições dessa declaração, julgue os próximos itens.

A apreensão de bem alheio não precisa ser formalmente justificada quando estiver evidente que o bem apreendido possa vir a ser utilizado para prejudicar a continuidade do serviço público.

Comentários

A assertiva está **incorreta**, pois o art. 17 prevê que ninguém será privado arbitrariamente de sua propriedade privada.

Artigo XVII

1. *Toda pessoa tem **direito à propriedade**, só ou em sociedade com outros.*
2. *Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.*

Além disso, o exercício das liberdades somente poderá ser restringida por lei, nos termos do art. 24:

Artigo XXIV

1. *Toda pessoa tem deveres para com a comunidade, em que o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.*
2. *No exercício de seus direitos e liberdades, toda pessoa **estará sujeita apenas às limitações determinadas pela lei**, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.*
3. *Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos propósitos e princípios das Nações Unidas.*

Questão – CESPE/MPU – Técnico do MPU – Apoio Técnico Administrativo – Segurança Institucional e Transporte - 2015

A Declaração Universal dos Direitos Humanos apresenta um catálogo de garantias que têm por escopo proteger os indivíduos de abusos cometidos por pessoas que desempenham funções públicas. Considerando as disposições dessa declaração, julgue os próximos itens.

Não se pode impor tratamento diferenciado nem impedir a entrada nas dependências da administração pública à pessoa que exteriorize credo religioso por meio da utilização de palavras, sinais, símbolos ou imagens.

Comentários

A assertiva está **correta**, pois veda-se a discriminação em razão das crenças religiosas da pessoa, conforme se extrai do art. 2º da DUDH:

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Questão – CESPE/MPU – Técnico do MPU – Apoio Técnico Administrativo – Segurança Institucional e Transporte - 2015

A Declaração Universal dos Direitos Humanos apresenta um catálogo de garantias que têm por escopo proteger os indivíduos de abusos cometidos por pessoas que desempenham funções públicas. Considerando as disposições dessa declaração, julgue os próximos itens.

Ninguém é obrigado a participar de associação, nem mesmo das que pretendam representar alguma categoria profissional.

Comentários

A assertiva está **correta**, pois retrata o art. 20 da DUDH:

Artigo XX

1. Toda pessoa tem direito à liberdade **de reunião e associação pacíficas**.
2. **Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação**.

Questão – CESPE/MPU – Técnico do MPU – Apoio Técnico Administrativo – Segurança Institucional e Transporte - 2015

A Declaração Universal dos Direitos Humanos apresenta um catálogo de garantias que têm por escopo proteger os indivíduos de abusos cometidos por pessoas que desempenham funções públicas. Considerando as disposições dessa declaração, julgue os próximos itens.

Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado; sendo assim, qualquer detenção deve ser formalmente justificada.

Comentários

A assertiva está **correta**, em razão do que prevê o art. 9º da DUDH:

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

O dispositivo acima traz uma garantia penal de que a prisão, detenção ou exílio somente ocorrerá por intermédio do devido processo penal, de modo que ninguém será privado da liberdade de modo arbitrário.

Questão – CESPE/MPU – Técnico do MPU – Apoio Técnico Administrativo – Segurança Institucional e Transporte - 2015

A Declaração Universal dos Direitos Humanos apresenta um catálogo de garantias que têm por escopo proteger os indivíduos de abusos cometidos por pessoas que desempenham funções públicas. Considerando as disposições dessa declaração, julgue os próximos itens.

Medidas degradantes podem ser utilizadas para impedir a depredação do patrimônio público quando se revelarem a única maneira de se preservar o interesse social.

Comentários

A assertiva está **incorreta**, pois a DUDH não traz qualquer exceção ao tratamento degradante. Vejamos o que dispõe o art. 5º da DUDH:

Artigo V

Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

A **vedação à tortura consiste**, segundo doutrina contemporânea, um **direito humano de caráter absoluto**, exceção à característica da relatividade dos Direitos Humanos.

A DUDH, já nos dispositivos iniciais, procurou assentar que são proibidos quaisquer formas de escravidão, servidão ou submissão de pessoas à tortura ou tratamento cruel, desumano ou degradante.

Questão – CESPE/MPU – Técnico do MPU – Apoio Técnico Administrativo – Segurança Institucional e Transporte – 2015

A Declaração Universal dos Direitos Humanos apresenta um catálogo de garantias que têm por escopo proteger os indivíduos de abusos cometidos por pessoas que desempenham funções públicas. Considerando as disposições dessa declaração, julgue os próximos itens.

A presunção de inocência não socorre a quem tem maus antecedentes.

Comentários

A assertiva está **incorreta**, pois não há limitação à presunção de inocência em razão de condenações anteriores.

Artigo XI

1. *Toda pessoa acusada de um ato delituoso tem o **direito de ser presumida inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada** de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.*
2. **Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional.** Tampouco será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

O art. 10 da DUDH assegura igual tratamento às partes envolvidas no processo e, especial, um juiz imparcial. Em direito processual a violação à parcialidade do juiz – seja por impedimento, seja por suspeição – é motivo de nulidade do processo, denotando a importância referida a tal garantia.

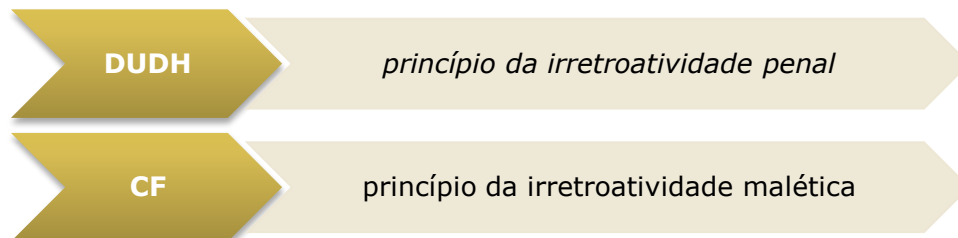
Ademais, o art. 11, consagra dois princípios penais muito relevantes: **princípio da presunção de inocência** e o **princípio da irretroatividade da lei penal**.

Com relação aos princípios supracitados, a CF os traz no art. 5º, nos seguintes incisos:

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

Cotejando a CF com a DUDH, cumpre registrar que o princípio da irretroatividade da lei penal, segundo nosso ordenamento constitucional, é mais protetivo, uma vez que ganha um adjetivo. Melhor explicando: na DUDH somente há previsão do princípio da irretroatividade; na CF fala-se em princípio da irretroatividade maléfica. Vale dizer, a lei retroagirá se benéfica ao réu.



Questão – CESPE/MPU – Técnico do MPU – Apoio Técnico Administrativo – Segurança Institucional e Transporte - 2015

Com relação aos direitos humanos previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens que se seguem.

Na CF, a classificação dos direitos e garantias fundamentais restringe-se a três categorias: os direitos individuais e coletivos, os direitos de nacionalidade e os direitos políticos.

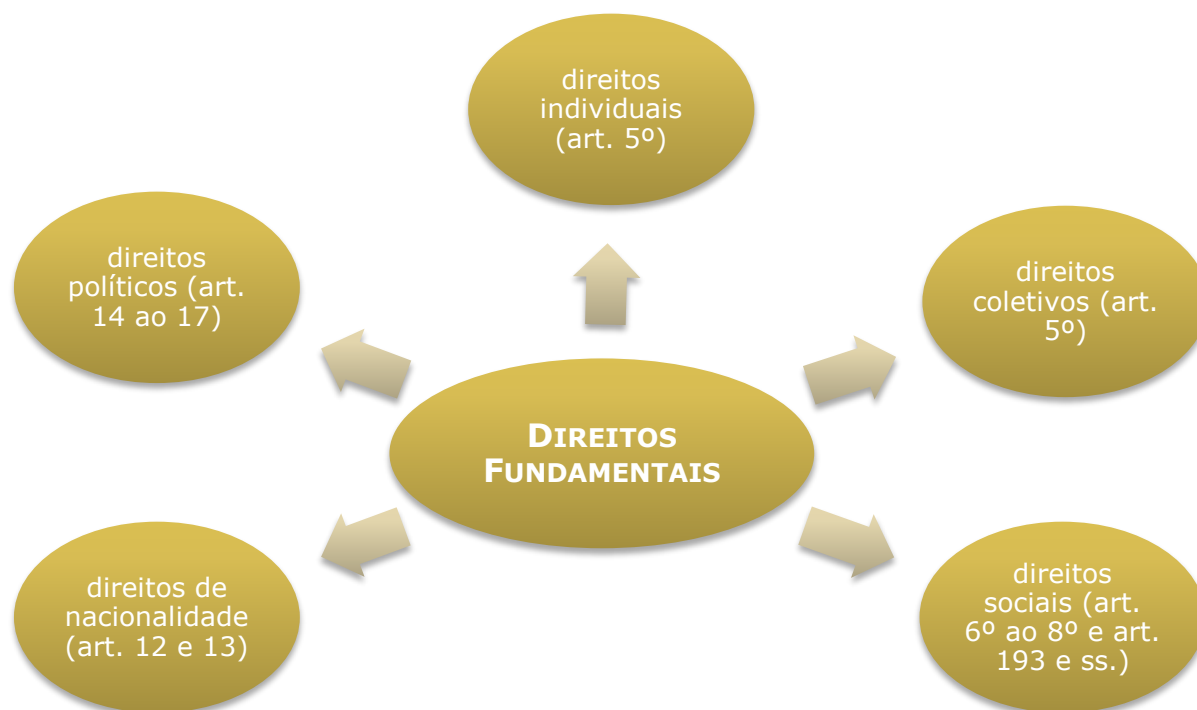
Comentários

A assertiva está **incorreta**. Conforme leciona José Afonso da Silva¹:

A Constituição classificou os direitos fundamentais com base no critério de seu conteúdo, que, ao mesmo tempo, se refere à natureza do bem protegido e objeto que tutela.

Assim, podemos identificar os seguintes grupos de direitos fundamentais:

¹ SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 31^o ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2008, p. 184.



Essa temática é perceptível pelo que dispõe, inclusive, topograficamente a CRFB:

TÍTULO I - Dos Princípios Fundamentais

TÍTULO II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I - DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

CAPÍTULO II - DOS DIREITOS SOCIAIS

CAPÍTULO III - DA NACIONALIDADE

CAPÍTULO IV - DOS DIREITOS POLÍTICOS

CAPÍTULO V - DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Questão – CESPE/MPU – Técnico do MPU – Apoio Técnico Administrativo – Segurança Institucional e Transporte - 2015

Com relação aos direitos humanos previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens que se seguem.

Os direitos fundamentais só podem ser garantidos quando regulamentados em lei.

Comentários

A assertiva está **incorreta**, como sabemos que o texto constitucional comporta normas de eficácia plena, contida e limitada.

Estudamos em Direito Constitucional que existem normas de eficácia plena, contida e limitada. Possui interesse, aqui, as normas de eficácia limitada, que são disposições constitucionais cuja plena eficácia pressupõe a edição de uma lei que a regule. A plena eficácia, contudo, de tais disposições não se confunde com aplicabilidade imediata. Assim, uma norma constitucional de eficácia limitada ainda não regulamentada infraconstitucionalmente poderá,

por exemplo, fundamentar decisão do STF de inconstitucionalidade de determinada lei por violação à regra constitucional.

Assim, ao contrário do afirmado, a regra é a aplicabilidade das normas constitucionais independentemente de regulamentação legal.

Questão – CESPE/MPU – Técnico do MPU – Apoio Técnico Administrativo – Segurança Institucional e Transporte - 2015

Com relação aos direitos humanos previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens que se seguem.

A CF traz uma enumeração taxativa dos direitos fundamentais.

Comentários

A assertiva está **incorreta**, em razão do que dispõe o art. 5º, §2º, da CF:

*§ 2º - Os direitos e garantias expressos nesta Constituição **não excluem outros** decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.*

Assim, poderão haver outros direitos e garantias fundamentais previstos, por exemplo em tratados internacionais.

Para ilustrarmos, atualmente, dois são os atos internacionais que também são consideradas normas constitucionais:

Atos	Ementa
<u>Decreto Legislativo nº 186, de 9.7.2008</u> Publicado no DOU de 10.7.2008	Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.
<u>Decreto nº 6.949, de 25.8.2009</u> Publicado no DOU de 25.8.2009	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Quem estiver estudando para concursos que envolvam a disciplina de Direitos Humanos, confirmem nossos cursos no *link* abaixo:

**DIREITOS
HUMANOS**

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/cursosPorMateria/direitos-humanos-64/>